



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 1/2026
UASG: 987541

INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **Número do Processo:** 3.459/2025
- **Órgão Requisitante:** Departamento de Cultura
- **Responsável pela Elaboração:** Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
- **Data de Elaboração:** 26/11/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

O Município de Dois Vizinhos vivencia um conjunto de transformações socioculturais, demográficas e educacionais que impactam diretamente a formação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos e que exigem atenção ampliada do poder público em relação ao acesso à cultura, ao desenvolvimento humano e às oportunidades de expressão artística e educativa. Essas transformações não se limitam às dimensões econômicas ou administrativas, mas atravessam os modos de viver, aprender, conviver e participar da vida comunitária, evidenciando a crescente necessidade de fortalecimento de ambientes formativos capazes de promover convivência saudável, desenvolvimento cognitivo e socioemocional, fortalecimento de vínculos e ampliação de repertórios culturais. Esse cenário apresenta desafios que ultrapassam a lógica escolar tradicional, envolvendo dimensões culturais, artísticas, sociais e psicológicas que demandam atenção estruturada do Estado.

A ampliação do acesso à cultura, à arte, ao conhecimento e ao desenvolvimento de linguagem estética é reconhecida nacional e internacionalmente como elemento essencial para a promoção da cidadania e da proteção social. Documentos estruturantes das políticas públicas, como a Constituição Federal de 1988, o Sistema Nacional de Cultura, a Política Nacional de Assistência Social e os planos nacionais e estaduais de cultura, apontam que o Estado deve assegurar meios para que a população tenha pleno acesso à formação cultural, artística e à educação que fortaleça sua autonomia e seu protagonismo social. No contexto municipal, observa-se que grande parte da população, especialmente residentes em regiões periféricas ou em situação de vulnerabilidade social, enfrenta barreiras históricas para acessar práticas culturais, artísticas e educativas que contribuam para seu desenvolvimento integral. Tais barreiras incluem ausência de espaços adequados, insuficiência de atividades formativas contínuas e falta de estímulos que promovam criatividade, expressão, socialização e construção de identidades positivas.

Ao mesmo tempo, a sociedade contemporânea vive um processo acelerado de transformações tecnológicas e comunicacionais que modificam radicalmente os modos de produzir conhecimento, de se relacionar com o mundo e de interpretar conteúdos culturais, sejam eles literários, visuais, digitais ou corporais. Essas mudanças exigem que os indivíduos desenvolvam novas competências cognitivas, comunicacionais e expressivas. A ausência de ambientes estruturados para que a população possa desenvolver tais competências acentua desigualdades e limita o potencial criativo, crítico e humano das pessoas. Em especial, crianças e adolescentes que não têm acesso a atividades culturais e artísticas tendem a apresentar maiores dificuldades de socialização, menor capacidade de expressão e menos oportunidades de desenvolver habilidades socioemocionais fundamentais.

No caso de Dois Vizinhos, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes ao se considerar o crescimento populacional, a diversificação das demandas comunitárias e a complexidade das questões sociais que emergem no município. O relatório das ações socioculturais dos últimos anos, somado às informações provenientes das secretarias que atuam com atendimento direto à população, aponta que há uma demanda crescente por atividades que proporcionem convivência, fortalecimento de vínculos e experiências formativas significativas. Muitas crianças e adolescentes permanecem longos períodos sem acesso a experiências artísticas, culturais e educativas qualificadas, o que contribui para quadros de isolamento, fragilidade emocional,



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

dificuldades escolares, baixa autoestima e ausência de espaços de pertencimento comunitário. Além disso, adultos e jovens que buscam inserção social e desenvolvimento de novas habilidades enfrentam limitações na oferta de atividades que contribuam para o desenvolvimento de competências criativas, comunicativas e expressivas.

Diversos estudos na área da psicologia, da educação e das ciências sociais demonstram que experiências artístico-culturais possuem impacto direto no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Atividades que envolvem leitura, escrita, expressão corporal, música, dança, artes visuais e práticas criativas em geral contribuem significativamente para o desenvolvimento da linguagem, para o fortalecimento da identidade, para a redução de comportamentos de risco e para a promoção do bem-estar emocional. A ausência dessas experiências, por outro lado, amplia vulnerabilidades individuais e coletivas, reduz oportunidades de protagonismo juvenil e compromete trajetórias de desenvolvimento saudável. Em comunidades onde o acesso à arte e à cultura é restrito, há maior probabilidade de surgirem quadros de desmotivação escolar, insegurança emocional, dificuldades de convivência e isolamento social.

No contexto socioeconômico local, observa-se que grande parte das famílias não possui condições de oferecer atividades extracurriculares estruturadas a seus filhos, seja por limitações financeiras, seja por falta de tempo, informação ou infraestrutura. Com isso, muitas crianças e adolescentes permanecem sem acesso a experiências formativas que estimulem seu potencial criativo, artístico e cultural. Esse cenário repercute diretamente no desempenho escolar, na construção saudável da autoestima e na capacidade de participação social. A realidade local evidencia que parte expressiva da população infantil e juvenil necessita de espaços de formação que promovam inclusão, desenvolvimento e pertencimento, especialmente em territórios com maior concentração de vulnerabilidades sociais. A ausência de acesso a práticas artísticas e culturais entre esses grupos reforça desigualdades e limita trajetórias de desenvolvimento pleno.

Outro aspecto relevante é a relação entre cultura, arte e saúde mental. O aumento de casos de ansiedade, depressão, isolamento social e dificuldades socioemocionais entre jovens tem se tornado uma preocupação crescente em todo o país, e Dois Vizinhos não está imune a essa realidade. A literatura especializada aponta que experiências artísticas e culturais constituem importantes fatores de proteção, contribuindo para a regulação emocional, o fortalecimento da autoestima e o desenvolvimento de habilidades sociais. Ambientes formativos que incentivam a expressão criativa e a convivência saudável funcionam como espaços de cuidado e acolhimento, promovendo bem-estar subjetivo e reduzindo riscos psicossociais.

A ampliação do acesso à fruição cultural e à prática artística também tem papel fundamental na construção do sentimento de pertencimento comunitário. Dois Vizinhos possui forte identidade regional, marcada por tradições culturais e pela valorização de atividades comunitárias. Contudo, muitas dessas práticas não chegam a todos os segmentos da população de forma equânime. Jovens e crianças de determinados territórios têm menos oportunidades de participar de atividades culturais e de construir vivências que fortaleçam a identidade local. Essa falta de acesso gera distanciamento cultural e fragiliza a construção de vínculos com a comunidade, comprometendo a participação social e o engajamento coletivo.

A necessidade aqui identificada também se relaciona com a ampliação da participação cidadã e da capacidade da população de compreender e interpretar criticamente diferentes manifestações culturais. Em uma sociedade marcada pela circulação acelerada de imagens, narrativas, textos e produções audiovisuais, torna-se essencial desenvolver a capacidade de leitura crítica, de expressão e de participação na vida cultural. A ausência de estímulos sistemáticos à formação estética e cultural limita a autonomia intelectual das pessoas e impede que elas participem ativamente da vida social e cultural do município.

Ainda é importante considerar que o desenvolvimento cultural e artístico não se restringe aos benefícios individuais, mas também produz impactos coletivos significativos. Ambientes comunitários que promovem cultura e arte tendem a apresentar maior integração social, redução de conflitos, fortalecimento da identidade local e maior engajamento comunitário. O município reconhece a importância desses fatores para a construção de uma sociedade mais justa,



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

participativa e integrada. Contudo, a inexistência ou insuficiência de atividades formativas estruturadas limita a capacidade da população de acessar esses benefícios.

Outro elemento que compõe a necessidade identificada diz respeito à ampliação do repertório cultural da população em suas múltiplas dimensões. O contato com diferentes linguagens artísticas amplia horizontes, favorece o pensamento crítico e promove a compreensão da diversidade cultural. A ausência desses estímulos limita a formação cultural da população e reduz oportunidades de fortalecimento das competências necessárias para o século XXI. Em particular, a juventude precisa acessar experiências que conectem arte, cultura, tecnologia, corpo, movimento, leitura, pensamento crítico e expressão criativa, pois essas competências são fundamentais para seu desenvolvimento integral.

Além disso, Dois Vizinhos possui intensa produção cultural em diferentes áreas, mas essa produção muitas vezes não se articula com processos formativos contínuos. Há profissionais talentosos, grupos artísticos relevantes e iniciativas culturais diversas, porém nem sempre a população tem acesso a atividades de formação que lhes permitam se apropriar desses saberes e desenvolver competências próprias. A falta de articulação entre a produção cultural existente e espaços de formação compromete o potencial de desenvolvimento sociocultural do município.

As políticas culturais contemporâneas apontam que o Estado deve promover tanto a fruição quanto a produção cultural, articulando espaços, agentes e comunidades. Entretanto, quando não existem ambientes formativos contínuos, a população fica restrita ao papel de espectadora, sem oportunidades de desenvolver sua própria expressão artística e cultural. Essa lacuna reduz a vitalidade cultural do município, enfraquece o protagonismo dos jovens e limita a circulação de saberes.

Diante desse cenário, evidencia-se uma necessidade concreta: criar condições para que a população, especialmente crianças, adolescentes e jovens, tenha acesso a experiências formativas consistentes, contínuas e de qualidade nas áreas culturais e artísticas. Essa necessidade é reforçada pelos indicadores sociais e pelos relatos das equipes que atuam diretamente com a comunidade, que apontam a carência de espaços estruturados para desenvolvimento de habilidades criativas, expressivas e cognitivas.

O município precisa considerar as demandas territoriais, as especificidades socioculturais e as vulnerabilidades presentes em determinados grupos, especialmente aqueles atendidos pelas políticas de assistência social e educação. A ausência de experiências formativas qualificadas impacta negativamente a vida desses grupos, produzindo ciclos de fragilização emocional, baixa autoestima, desmotivação, isolamento e limitação de repertórios culturais. Nesse sentido, o Estado tem o dever constitucional e legal de promover condições para que toda a população tenha acesso equitativo a oportunidades de desenvolvimento, expressão e convivência.

As experiências comunitárias e os relatos de usuários das políticas públicas evidenciam que muitas crianças e adolescentes não encontram, em seus territórios, espaços de convivência estruturados que estimulem criatividade, socialização e desenvolvimento artístico. Essa carência gera impactos diretos na formação pessoal e coletiva, prejudicando o desenvolvimento de habilidades que são fundamentais para o exercício pleno da cidadania. A necessidade identificada, portanto, relaciona-se à criação e fortalecimento de ambientes formativos que proporcionem experiências significativas e continuadas em cultura, arte, criação e expressão.

Essa necessidade também se vincula à ampliação da oferta de experiências formativas que reflitam a diversidade cultural contemporânea. As linguagens artísticas, como teatro, dança, literatura, artes visuais, artes digitais e outras formas de criação, são fundamentais para promover inclusão, ampliar repertórios e possibilitar que diferentes grupos sociais tenham acesso ao desenvolvimento de suas potencialidades criativas. A falta de acesso sistemático a essas linguagens compromete o desenvolvimento integral das pessoas e limita a capacidade do município de promover políticas culturais consistentes.

No contexto da juventude, destaca-se ainda a necessidade de ampliar espaços que fortaleçam a construção de projetos de vida, identidade e pertencimento. Ambientes formativos artísticos favorecem a expressão e a organização emocional, colaboram com a prevenção de



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

comportamentos de risco e ampliam a capacidade de convivência e de resolução de conflitos. A inexistência de experiências assim estruturadas reforça vulnerabilidades emocionais e sociais.

Em síntese, a necessidade aqui descrita é complexa, multidimensional e amparada no interesse público. Ela decorre de lacunas socioculturais, psicossociais, educacionais e comunitárias identificadas em Dois Vizinhos e envolve o dever do Estado de promover oportunidades ampliadas de acesso a experiências culturais, artísticas, expressivas e formativas que fortaleçam o desenvolvimento humano, a convivência comunitária, a construção de identidades positivas e o bem-estar social. Trata-se de assegurar que a população tenha acesso a ambientes qualificados que estimulem criatividade, pensamento crítico, desenvolvimento socioemocional, ampliação de repertórios e fortalecimento dos vínculos sociais, contribuindo para a formação integral e para a construção de uma sociedade mais justa, participativa, criativa e integrada.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA **(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

A necessidade descrita anteriormente evidencia um conjunto de desafios que envolvem formação cultural, desenvolvimento artístico, fortalecimento de vínculos, bem-estar psicossocial e ampliação de repertórios estéticos da população de Dois Vizinhos. Diante disso, a Administração deve avaliar, de forma técnica e fundamentada, quais soluções são possíveis para enfrentar o problema público identificado, considerando a realidade do quadro de pessoal, a experiência prévia do município, as limitações legais e orçamentárias e a disponibilidade de atores institucionais que possam colaborar com a execução das atividades.

A primeira alternativa a ser analisada é a execução direta das atividades formativas pelos próprios servidores do Município, especialmente por meio dos educadores artísticos já existentes no quadro. O Município de Dois Vizinhos conta com o cargo de Educador Artístico, disciplinado pela Lei Municipal nº 1.666/2011, com redação dada pela Lei nº 1.988/2015, com o seguinte perfil: função Educador Artístico, escolaridade de curso superior completo em Licenciatura, incumbido de desenvolver atividades de recreação, artístico-culturais e lúdicas, objetivando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes; utilizar a educação para integrar trabalhadores e ajudar grupos marginalizados da sociedade; desenvolver a sensibilidade e estimular melhor relacionamento entre os usuários; organizar, promover, planejar e reger atividades teóricas e práticas; incentivar a criatividade; ensinar, de forma acessível, diversos conteúdos; ampliar o bem-estar físico e espiritual, promovendo autoconfiança e autoestima; bem como exercer funções correlatas e demais atribuições inerentes a programas das políticas de Educação, Saúde, Assistência Social e outros programas federais.

Essa descrição demonstra que o cargo foi concebido com caráter bastante amplo e generalista, exigindo apenas licenciatura, sem delimitar área específica de atuação artística (como dança, teatro, artes visuais, música, literatura ou outras linguagens). Na prática, isso significa que profissionais com diferentes formações superiores em licenciatura podem ocupar o cargo, mesmo sem domínio técnico aprofundado em determinadas linguagens artísticas específicas. Esse desenho genérico, embora permita uma atuação ampla, gera um problema concreto na hora de distribuir funções e planejar a oferta de oficinas altamente especializadas, como é o caso de modalidades que envolvem técnicas de dança específicas, artes digitais aplicadas à criação visual, escrita criativa, literatura e cinema, ginástica artística ou coordenação cênica integrada de apresentações de coral, dança e teatro.

Atualmente, alguns educadores artísticos já desenvolvem atividades relevantes, como coral, algumas oficinas de dança e pintura em tela, o que representa um avanço importante na política cultural local. Todavia, essa atuação não é suficiente para dar conta da totalidade da demanda mapeada, tanto pelo volume de alunos atendidos quanto pela diversidade de modalidades que a população vem demandando. O Departamento de Cultura atende, hoje, número que se aproxima de seiscentos alunos em suas diferentes atividades, e há previsão de ampliação



em torno de trinta por cento nas ações culturais, o que elevará significativamente o número de participantes, a variedade de oficinas e a necessidade de organização pedagógica e logística.

Outro elemento relevante é que todos os aprovados para o cargo de Educador Artístico I no último concurso já foram convocados e estão em exercício, o que significa que, no momento, não há possibilidade de ampliar o quadro dessa função sem novo certame ou alterações estruturais na lei de cargos. Além disso, o próprio Departamento de Cultura, em consonância com as diretrizes de qualificação contínua dos servidores, destina parte da carga horária dos educadores artísticos à sua formação permanente, com incentivo à participação em cursos, formações e ações de aperfeiçoamento, o que é adequado do ponto de vista da gestão de pessoas e da qualidade do atendimento, mas reduz a disponibilidade desses profissionais para o acréscimo de novas turmas e novas oficinas em larga escala.

Dessa forma, a execução direta de todas as atividades necessárias exclusivamente por servidores efetivos esbarra em obstáculos concretos: a) a descrição genérica do cargo, que não assegura, por si só, domínio técnico em linguagens artístico-culturais específicas e complexas; b) o esgotamento da lista de aprovados do último concurso para Educador Artístico I, impossibilitando ampliação imediata da equipe; c) o uso adequado e necessário de parte da jornada para qualificação dos profissionais; d) a alta demanda já existente, com cerca de seiscentos alunos; e) a previsão de ampliação em aproximadamente trinta por cento das atividades culturais do Departamento, elevando substancialmente a necessidade de horas-aula, planejamento e acompanhamento.

Essa análise não desqualifica o trabalho dos educadores artísticos do Município, que é reconhecido como relevante e já gera impactos positivos, mas indica que, isoladamente, o quadro de servidores não é suficiente para responder à expansão e à complexificação das demandas formativas, especialmente nas novas modalidades a serem ofertadas, como ferramentas digitais voltadas à arte, desenho artístico em nível mais estruturado, escrita criativa, literatura e cinema, jazz, dança do ventre, ginástica artística e coordenação cênica global das apresentações de coral, dança e teatro. Exigir que os educadores artísticos assumam todas essas funções, sem formação específica e sem ampliação do quadro, poderia comprometer a qualidade pedagógica, sobrecarregar a equipe e gerar risco de descontinuidade ou queda de qualidade nas ações.

Outra alternativa a ser considerada é o estabelecimento de parcerias com instituições públicas de ensino, como universidades, institutos federais ou escolas técnicas, para que esses entes assumam, total ou parcialmente, as atividades formativas. Embora, em tese, essa solução possa ser interessante, na realidade concreta de Dois Vizinhos não existem instituições públicas de ensino superior ou tecnológico com estrutura e disponibilidade para assumir de forma contínua e direta o desenvolvimento de oficinas nas linguagens específicas requeridas, com a carga horária pretendida e a regularidade que o Departamento de Cultura necessita. Além disso, a própria dinâmica desses entes, que trabalham com calendários acadêmicos próprios, projetos de extensão e prioridades de pesquisa, torna difícil a compatibilização com o cronograma permanente e a escala de atendimento exigida para quase seiscentos alunos, com previsão de expansão.

Pode-se também cogitar a utilização de trabalho voluntário para execução das oficinas artístico-culturais. Contudo, o trabalho voluntário, por sua natureza, é pontual, instável e não pode ser considerado como solução estrutural para uma política pública que exige regularidade, qualidade técnica, responsabilidade pedagógica e continuidade. A legislação brasileira e os entendimentos sobre gestão pública indicam que atividades permanentes, especialmente quando vinculadas à formação de crianças e adolescentes, não podem ficar dependentes de voluntariado. O voluntário não tem vínculo empregatício, não possui obrigação de manutenção de carga horária e não há garantia de que o serviço será prestado de forma contínua, o que torna essa alternativa inadequada e incompatível com o padrão de resposta que o problema público exige.

Outra alternativa é a celebração de convênios ou outros instrumentos congêneres com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos para repasse de recursos e execução das atividades por meio de planos de trabalho. No entanto, essa solução exigiria a existência de entidades com objeto social específico em formação artístico-cultural, com equipe técnica



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

estruturada e experiência comprovada em todas as linguagens propostas, além de capacidade administrativa para gerir recursos públicos, prestar contas e organizar uma rede de oficinas contínuas. No contexto local, embora existam entidades relevantes, não se identifica organização com robustez técnica e administrativa suficiente para assumir, de forma estável e integrada, a ampla gama de oficinas pretendidas nas áreas de artes visuais, artes digitais, literatura, escrita criativa, cinema, ginástica artística, danças específicas e direção cênica integrada. Assim, essa alternativa não se mostra adequada para suprir, de maneira global e qualificada, a demanda existente.

Também é possível analisar a via das parcerias com Organizações da Sociedade Civil formalizadas nos termos da Lei nº 13.019/2014. Essa forma de parceria exige, além do que já foi mencionado, que as OSCs possuam experiência prévia na execução de projetos semelhantes, capacidade técnica comprovada, equipe compatível com o volume de atividade e boa capacidade de gestão administrativa e financeira. No caso específico de Dois Vizinhos, há experiências pontuais em que OSCs atuam em áreas afins, mas não há, no momento, uma organização que reúna, em um único ente, todas as linguagens artísticas segmentadas que o Departamento de Cultura precisa atender nesta etapa, com a carga horária e abrangência planejadas. Além disso, os trâmites necessários para chamamento público, seleção de propostas, elaboração de planos de trabalho e acompanhamento continuado são mais adequados quando já há histórico consolidado de OSCs bem estruturadas nesse campo, o que não corresponde, por ora, à realidade local para esse conjunto de oficinas.

Uma alternativa que vem sendo, na prática, parcialmente utilizada pelo Município, diz respeito à contratação pontual de oficinas artístico-culturais específicas, como as de audiovisual, ballet, danças urbanas, acordeom e violão. A experiência acumulada com essas contratações tem se mostrado satisfatória, na medida em que permite a atuação de profissionais da área com formação e experiência compatíveis com a especificidade de cada linguagem artística, sem sobrecarregar os servidores do quadro e sem exigir que um único educador generalista responda por áreas para as quais não possui aptidão ou conhecimento técnico aprofundado. Esses resultados positivos indicam que a utilização de profissionais especializados externos, de forma complementar ao trabalho da equipe própria, tem sido um caminho eficaz para qualificar as ações culturais do município e ampliar o alcance da política cultural, sem romper com a estrutura pública já existente.

No entanto, as contratações pontuais hoje existentes não cobrem a totalidade das demandas identificadas, nem garantem a organização integrada de um conjunto mais robusto de oficinas em múltiplas linguagens, incluindo modalidades ainda não atendidas e a necessidade de coordenação cênica transversal das apresentações. A expansão planejada pelo Departamento de Cultura, considerando a meta de aumentar em aproximadamente trinta por cento as atividades e o número de atendidos, exige um salto qualitativo e quantitativo na estruturação dessas oficinas, o que não pode ser suprido apenas com ajustes na agenda atual dos educadores artísticos ou com contratações isoladas e fragmentadas.

Diante desse quadro, passa a ser necessária a análise da solução baseada na prestação de serviços técnicos especializados por empresas ou pessoas jurídicas que atuem no campo do ensino, da formação artístico-cultural e da produção estética, com corpo técnico adequado às áreas específicas. O levantamento de mercado realizado indica a existência de empresas e profissionais organizados em pessoa jurídica capazes de oferecer, de forma contínua, atividades de formação em linguagens como artes digitais voltadas à arte, desenho artístico, escrita criativa, literatura e cinema, ginástica artística, jazz, dança do ventre e artes cênicas com foco inclusive em coordenação cênica ampliada. Esse segmento de mercado dispõe de instrutores com formação específica, experiência em oficinas, projetos culturais e atividades formativas, além de estrutura para planejamento, organização, registro e acompanhamento pedagógico.

Essa solução apresenta vantagens importantes em relação às outras alternativas analisadas, pois permite a composição de uma equipe multidisciplinar de especialistas, sem que o Município precise alterar a lei de cargos, realizar novo concurso ou sobrecarregar a estrutura



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

existente. Em vez de exigir que o Educador Artístico do quadro seja responsável por linguagens para as quais não possui formação, a solução especializada permite que os servidores efetivos continuem atuando em suas frentes já consolidadas, ao mesmo tempo em que novos campos formativos são assumidos por profissionais que, de fato, possuem experiência e domínio técnico na área específica. Isso contribui para qualificar a oferta cultural, respeitar os limites da função dos servidores e evitar a improvisação de atividades para as quais não foram preparados.

Ao confrontar todas as alternativas analisadas, constata-se que a execução direta apenas pelos servidores Educadores Artísticos, embora importante e necessária em determinadas frentes já em andamento, não consegue, por questões objetivas, dar conta sozinha da expansão planejada, nem da tecnicidade específica exigida pelas novas modalidades. As parcerias com instituições de ensino e OSCs, tal como se apresentam hoje, não demonstram, no contexto concreto, capacidade instalada suficiente para abarcar todo o conjunto de oficinas, nas diversas linguagens e com a carga horária prevista. O voluntariado e as ações pontuais não garantem continuidade, regularidade nem responsabilidade pedagógica em nível compatível com a complexidade e a permanência do problema público descrito. Já a solução baseada na contratação de serviços técnicos especializados, complementando e dialogando com a estrutura de Educadores Artísticos existente, mostra-se a única alternativa capaz de articular, ao mesmo tempo, especialização técnica, continuidade, capacidade de atendimento ampliado, respeito aos limites da estrutura de pessoal, valorização da experiência já acumulada com oficinas contratadas em outras áreas e atendimento à demanda crescente da população por formação cultural qualificada.

Dessa forma, a análise comparativa indica que, frente ao problema público identificado e à realidade concreta do Município de Dois Vizinhos, a solução que envolve a utilização de serviços técnicos especializados, em complemento à atuação dos servidores do quadro, é a que melhor atende ao interesse público, à eficiência administrativa, à qualidade pedagógica, à segurança jurídica e ao planejamento de médio prazo da política cultural local.

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) (justificar)

Não () (justificar)

Sob o ponto de vista jurídico e econômico, é necessário ainda analisar o enquadramento da atividade em relação ao Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006. A prestação de serviços de ensino e treinamento em atividades culturais e artísticas é compatível com o enquadramento de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que observados os limites de receita bruta e os demais requisitos legais. Isso significa que, ao adotar solução via contratação de serviços especializados, a Administração permite a participação de empresas de diferentes portes, incluindo micro e pequenas empresas do setor cultural e educacional, o que reforça os princípios da competitividade, da isonomia e do desenvolvimento econômico local. Em decorrência disso, é possível estruturar o processo de forma a garantir ampla participação de interessados, desde que atendidos os requisitos técnicos mínimos exigidos para cada modalidade de oficina.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Da vedação à subcontratação

A vedação da subcontratação justifica-se pela natureza eminentemente intelectual, pedagógica e artística do objeto contratado, cuja execução depende diretamente da atuação pessoal dos instrutores indicados e da manutenção da continuidade metodológica ao longo de todo o período formativo. As oficinas previstas exigem domínio técnico específico em cada linguagem, experiência comprovada nas modalidades, conhecimento aprofundado das metodologias artístico-culturais adotadas e participação constante nos processos de criação, ensaio, acompanhamento pedagógico e preparação das culminâncias públicas. A eventual subcontratação de terceiros comprometeria a unidade metodológica, fragilizaria o controle sobre a qualificação dos profissionais envolvidos e colocaria em risco a coerência pedagógica planejada, contrariando os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A análise sobre a possível adesão a Ata de Registro de Preços indica que essa modalidade não se mostra adequada ao objeto pretendido, uma vez que as oficinas artístico-culturais exigem elevada especificidade técnica, seleção criteriosa de profissionais e definição de métodos e rotinas pedagógicas ajustadas à realidade local. Atas geralmente contemplam objetos padronizados e de execução genérica, o que não se compatibiliza com a necessidade de selecionar instrutores com experiência comprovada em cada modalidade prevista. Além disso, a adesão não assegura que os profissionais registrados em outras Atas possuam o perfil técnico, artístico e metodológico necessário para atender às demandas específicas do Município de Dois Vizinhos, especialmente considerando a carga horária elevada, a diversidade de linguagens e as culminâncias públicas obrigatórias.

Adicionalmente, Atas de outros entes raramente trazem estrutura de itens compatível com as oficinas aqui planejadas, o que pode resultar em inadequação do objeto, perda de qualidade e risco de contratação de serviços alheios à realidade formativa municipal. Assim, a adesão não representaria vantagem administrativa, econômica ou técnica para o Município, podendo inclusive comprometer a execução, a fiscalização e os resultados pedagógicos esperados. Diante disso, conclui-se que não há pertinência ou benefício na utilização de Ata de Registro de Preços, sendo mais vantajoso e adequado realizar processo licitatório específico para garantir a contratação de profissionais aptos, metodologias adequadas e plena aderência ao planejamento cultural local.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A Lei nº 14.133/2021, estabelece que a Administração deve justificar o parcelamento ou não de cada contratação, considerando a natureza do objeto, a economicidade, a competitividade e os potenciais ganhos técnicos associados. No presente caso, após análise detalhada do problema público e das características específicas das atividades a serem executadas, conclui-se que o parcelamento por item é a forma mais adequada, eficiente e vantajosa para o poder público, pois cada oficina possui natureza técnica, metodológica e artística própria, exigindo profissionais com perfis, formações e competências completamente distintos. As linguagens envolvidas, como artes visuais, artes digitais, literatura, escrita criativa, cinema, ginástica artística, jazz, dança do ventre e artes cênicas, não se confundem entre si, tampouco podem ser executadas satisfatoriamente por um único profissional ou por uma única equipe generalista, sob pena de prejudicar a qualidade e o alcance formativo pretendido.

A heterogeneidade das modalidades impede que todas sejam tratadas como um objeto único e indivisível, pois cada uma demanda conhecimentos específicos, formação técnica adequada, experiência prática e domínio estético próprio, elementos essenciais para garantir a boa execução das atividades. A execução de oficinas artísticas exige domínio de técnicas e linguagens específicas e aprofundadas, não sendo viável, sob nenhum ponto de vista técnico ou pedagógico, que uma mesma empresa seja obrigada a abarcar todas as áreas como condição para participação no processo licitatório. Caso o objeto fosse contratado de forma global, haveria risco real de restrição indevida da competitividade, inviabilizando a participação de profissionais ou empresas



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

que possuem expertise consolidada em áreas específicas, mas que não possuem atuação em todas as linguagens envolvidas. Isso contrariaria os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previstos no art. 5º e no art. 11 da Lei 14.133/2021.

O parcelamento por item permite ampliar o universo de possíveis participantes, garantindo maior concorrência, melhoria técnica das propostas, adequação metodológica e maior segurança quanto à capacidade de execução de cada oficina. Além disso, respeita as especificidades das linguagens artísticas e assegura que empresas ou pessoas jurídicas com experiência comprovada em determinada área possam concorrer apenas naquele item em que realmente possuam aptidão, conhecimento técnico e atuação comprovada no mercado. Esse formato assegura que cada modalidade receba tratamento especializado adequado, evitando que uma empresa sem experiência em determinada linguagem seja compelida a executá-la ou, ainda pior, que empresas aventureiras participem apenas para preencher quantitativos, sem domínio técnico real.

Outro aspecto que reforça a necessidade do parcelamento diz respeito ao desenho atual da política cultural do Município de Dois Vizinhos. O Departamento de Cultura já desenvolve algumas oficinas por meio dos Educadores Artísticos e também por meio de contratações específicas em modalidades como audiovisual, ballet, danças urbanas, acordeom e violão. Essas contratações pontuais têm se mostrado satisfatórias justamente porque permitem que profissionais especializados atuem na área em que possuem domínio técnico e formação específica. Esse histórico demonstra a eficácia de tratar cada linguagem de forma independente, pois a arte e a cultura são campos essencialmente técnicos e não podem ser reduzidos a uma estrutura única que pressuponha intercambiabilidade de saberes. Manter oficinas como itens separados é, portanto, coerente com o modelo de gestão cultural já adotado e validado pelo município, bem como com o crescimento significativo da demanda, que já se aproxima de seiscentos alunos e possui previsão de aumento em torno de trinta por cento.

Soma-se a isso o fato de que a estrutura do quadro permanente de Educadores Artísticos, embora relevante e indispensável ao conjunto das políticas culturais municipais, não é suficiente para absorver novas modalidades ou para atender toda a demanda projetada. A descrição do cargo, conforme estabelecida na Lei nº 1.666/2011, é extremamente genérica e exige apenas licenciatura, sem delimitação de áreas artísticas específicas, o que dificulta a alocação dos profissionais em oficinas que exigem domínio técnico aprofundado de linguagens particulares. Além disso, todos os aprovados no último concurso para Educador Artístico I já foram convocados, não havendo possibilidade de ampliação do quadro sem novo certame. Nesse contexto, o parcelamento permite complementar a estrutura existente com contratações especializadas, sem impor sobrecarga aos servidores ou exigir que atuem fora de sua área de domínio técnico.

A análise econômica também justifica o parcelamento por item. A contratação individualizada permite que os custos de cada oficina reflitam sua complexidade técnica, tempo de preparação, materiais específicos e nível de especialização requerido. Se houvesse contratação global, o valor final tenderia a aumentar significativamente, já que as empresas incluiriam em suas propostas custos adicionais para compor equipes diversas ou subcontratar profissionais para áreas em que não atuam. O parcelamento, ao contrário, possibilita que cada empresa apresente valores compatíveis com sua área de atuação e evita que o Município pague mais caro por um serviço que pode ser contratado de forma mais eficiente e econômica quando subdividido.

Outro ponto relevante é que o parcelamento por item permite maior transparência e controle da execução contratual. Como cada modalidade possui características próprias, indicadores próprios e metodologias específicas, separá-las por item facilita a fiscalização, o acompanhamento dos resultados e a avaliação de desempenho. Caso tudo fosse contratado de forma global, a fiscalização se tornaria mais complexa, dificultando a responsabilização por eventuais falhas na execução de uma determinada modalidade, especialmente quando a empresa vencedora não tivesse expertise real naquele item.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Adicionalmente, o parcelamento por item atende às recomendações dos Tribunais de Contas, que reiteradamente orientam que o parcelamento deve ser regra quando o objeto é divisível, como forma de evitar concentração de mercado, ampliar a competitividade e reduzir custos. No presente caso, não apenas o objeto é perfeitamente divisível, como as linguagens são completamente distintas entre si, exigindo especialistas diferentes e metodologias pedagógicas singulares.

Diante de todos esses fatores, o parcelamento por item não apenas é tecnicamente justificável, mas se mostra a única forma de respeitar a natureza do objeto, garantir competitividade, assegurar economicidade, preservar a qualidade formativa das oficinas e atender às necessidades socioculturais identificadas no Município de Dois Vizinhos. Ele garante que cada modalidade seja executada por profissional devidamente qualificado e com domínio comprovado da linguagem artística correspondente, assegurando que a política cultural municipal avance de forma consistente, qualificada e alinhada às expectativas da comunidade e da gestão pública.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidades deve refletir a demanda real do Município de Dois Vizinhos, considerando a quantidade de alunos atualmente atendidos pelo Departamento de Cultura, o número de turmas já existentes, as listas de espera registradas ao longo dos últimos ciclos, a expansão planejada de aproximadamente trinta por cento nas atividades culturais e a necessidade de recomposição e fortalecimento de áreas que se encontram sem oferta regular desde 2025. A definição das quantidades leva em conta também a observação das equipes técnicas, os registros administrativos de procura das oficinas, a capacidade estrutural e física dos espaços disponíveis e a pertinência pedagógica de cada modalidade.

O Departamento de Cultura atende, atualmente, número próximo de seiscentos alunos distribuídos em diversas modalidades, o que demonstra uma demanda intensa e contínua por atividades artístico-culturais. Além disso, o aumento de trinta por cento previsto para os próximos ciclos formativos cria a necessidade de ampliar a oferta e estruturar de forma mais consistente as oficinas, tanto para evitar sobrecarga nas modalidades já existentes quanto para suprir lacunas que se abriram ao longo do último ano. Entre essas lacunas, destaca-se a interrupção das atividades do Clube de Literatura, que se encontra inativo desde julho de 2025 em decorrência do desligamento da servidora efetiva que o coordenava. A ausência dessa oficina vem gerando crescente demanda reprimida, manifestada por alunos que anteriormente participavam e por novos interessados que procuram atividades relacionadas à leitura, escrita e análise crítica.

A retomada e a reestruturação do Clube de Literatura fazem parte das prioridades identificadas pelo Departamento de Cultura, tanto pela relevância histórica do projeto quanto pela importância dessa atividade no desenvolvimento da linguagem, da sensibilidade artística e do pensamento crítico. Desse modo, a estimativa de carga horária para a modalidade de Literatura e Cinema é ampliada de forma a permitir reconstrução do grupo, atendimento atualizado da lista de espera e abertura de novas vagas compatíveis com o crescimento projetado.

Outra modalidade que demanda atenção especial é Ferramentas Digitais orientadas à produção artística, cuja implementação será realizada no laboratório Maislab.art, que recebeu investimentos significativos do Município para sua estruturação, aquisição de equipamentos e adequação tecnológica. A existência desse espaço qualificado exige que o Município garanta plena utilização do laboratório, ofertando turmas que beneficiem o maior número possível de participantes e assegurando retorno social ao investimento realizado. A demanda por atividades de artes digitais e ferramentas de criação visual vem aumentando, especialmente entre adolescentes e jovens interessados em tecnologias criativas, o que reforça a necessidade de quantificar adequadamente a carga horária para essa oficina.

A definição das quantidades também considera a lista de espera existente em modalidades como dança, artes visuais e práticas corporais, que regularmente apresentam lotação máxima e solicitações de ampliação. O Município já conta com oficinas de ballet, danças urbanas, audiovisual, acordeom e violão, executadas por profissionais contratados, cuja experiência



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

positiva contribui para o aumento da procura em áreas relacionadas. A expansão natural desse ecossistema cultural gera demandas por modalidades complementares, como jazz, dança do ventre, artes cênicas e ginástica artística, que possuem adesão significativa entre diferentes faixas etárias.

Diante desse conjunto de fatores, a estimativa de quantidades deve ser precisa e proporcional, garantindo que a carga horária seja suficiente para atender tanto as demandas já existentes quanto as necessidades de reestruturação, ampliação e qualificação pedagógica das atividades.

Com base nos registros administrativos e na análise técnica da coordenação do Departamento de Cultura, estabelecem-se as seguintes quantidades:

Ferramentas digitais voltadas à arte: 600 horas. A quantidade se justifica pela necessidade de abertura de múltiplas turmas no laboratório Maislab.art, considerando a capacidade física do espaço, a crescente procura por atividades tecnológicas e criativas e o compromisso de utilizar integralmente os equipamentos adquiridos. A carga horária permite organizações de turmas sequenciais e paralelas, possibilitando atender adolescentes, jovens e adultos.

Desenho artístico: 600 horas. A demanda por atividades de artes visuais é historicamente alta no município, com listas de espera recorrentes e grande adesão da população. A experiência com oficinas de pintura em tela, já ofertadas pelos servidores, demonstra que há público consolidado para outras modalidades de expressão visual. A carga horária proposta permite atender diferentes faixas etárias, criar turmas iniciais e avançadas e suprir a demanda reprimida.

Escrita criativa: 400 horas. As atividades de escrita e criação literária possuem demanda crescente, especialmente vinculada à ausência do Clube de Literatura desde julho de 2025. A carga horária estimada é suficiente para reconstruir o grupo, atender novos interessados e desenvolver atividades de formação literária adequadas às necessidades identificadas. A quantidade permite ainda a organização de turmas paralelas e processos de formação contínua.

Literatura e cinema: 200 horas. Além da reconstrução das atividades de leitura e debate, a modalidade requer quantidade compatível com a prática pedagógica baseada em análise de textos, estudos comparativos e discussão crítica. A carga horária também permite reativar a participação dos antigos integrantes e absorver parte da demanda da lista de espera.

Ginástica artística: 500 horas. A prática exige sequência pedagógica contínua, turmas reduzidas, atenção individualizada e estrutura metodológica progressiva. A carga horária é necessária para atender grupos em níveis distintos e garantir segurança e qualidade técnica.

Jazz: 600 horas. Considerando a alta adesão às oficinas de dança ofertadas e a lista de espera existente, a carga horária permite atender novos públicos, criar turmas em diferentes horários e ampliar a diversificação de modalidades de dança no município.

Dança do ventre: 200 horas. A modalidade possui demanda intermediária porém crescente, com público específico e adesão consistente em oficinas semelhantes. A carga horária estimada permite turmas regulares e continuidade pedagógica.

Artes cênicas: 500 horas. Além da oficina principal, é necessário considerar que o profissional será responsável pela coordenação cênica integrada das apresentações do coral, teatro e dança, o que exige carga horária adicional para planejamento estético, participação em ensaios gerais e acompanhamento de apresentações.

A definição da carga horária total considera ainda a necessidade de garantir turmas suficientes para atender à expansão projetada do Departamento de Cultura em trinta por cento das atividades, possibilitando reorganização das agendas, criação de novas turmas e atendimento das listas reprimidas.

Dessa forma, as quantidades estimadas refletem a realidade da demanda atual, as necessidades pedagógicas, a capacidade operacional do município e os objetivos estratégicos de fortalecimento da política cultural e artística de Dois Vizinhos.

**5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);**

A estimativa de valores foi elaborada com base na conjugação de diferentes fontes metodológicas, incluindo a análise de contratos anteriores já executados pelo Município de Dois Vizinhos em modalidades como audiovisual, ballet, danças urbanas, acordeom e violão, cujos valores serviram como parâmetro realista para a mensuração do custo hora-aula; consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas, onde foram examinadas contratações semelhantes realizadas por outros entes federativos, especialmente voltadas à formação artística, cultural e educativa; e levantamento de preços junto a empresas especializadas que atuam diretamente nas áreas de arte, cultura e ensino formativo, permitindo identificar faixas atualizadas compatíveis com o mercado regional. A consolidação dessas referências permitiu estabelecer um valor total estimado de R\$ 335.000,00 para a execução das atividades, quantia que reflete a complexidade técnica de cada modalidade, a necessidade de profissionais qualificados, a carga horária prevista e os padrões de mercado verificados, garantindo estimativa realista, fundamentada e alinhada aos princípios da economicidade e da adequada estimativa de preços previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Risco identificado	Probabilidade	Possível dano	Ações preventivas	Ações de contingência
Descontinuidade na execução das atividades por ausência ou desistência do instrutor	Média	Interrupção das oficinas, prejuízo pedagógico aos participantes e atraso no cronograma cultural	Exigir equipe substituta e comprovação de capacidade técnica mínima	Substituição imediata do instrutor e readequação do cronograma
Baixa qualidade técnica das atividades	Baixa	Comprometimento dos objetivos formativos e insatisfação dos usuários	Especificações claras do serviço, exigência de portfólio e fiscalização contínua	Notificação, substituição do instrutor e ajustes metodológicos obrigatórios
Incompatibilidade de horários entre turmas e espaços físicos	Média	Sobrecarga logística, perda de eficiência e remanejamento de alunos	Planejamento prévio integrado com o Departamento de Cultura	Reorganização de horários e realocação de turmas
Afastamento temporário do instrutor por motivos de saúde	Média	Pausa involuntária nas atividades e impacto na continuidade pedagógica	Exigir da contratada equipe reserva apta à substituição imediata	Inserção de instrutor substituto e recomposição de carga horária
Baixa adesão inicial em alguma modalidade específica	Baixa	Subutilização da oferta e necessidade de readequação de turmas	Divulgação adequada e articulação com escolas e comunidade	Reestruturação da turma, fusão de horários ou reoferta
Problemas técnicos ou estruturais nos espaços utilizados	Baixa	Suspensão temporária de atividades e prejuízos ao cronograma	Manutenção preventiva e vistoria periódica dos espaços	Remoção temporária para outro local ou ajustes emergenciais



Risco identificado	Probabilidade	Possível dano	Ações preventivas	Ações de contingência
Falhas de comunicação entre contratada e Departamento de Cultura	Média	Dificuldades na execução, atrasos e desorganização operacional	Definição de responsável direto e rotina de alinhamentos semanais	Reuniões extraordinárias e reordenação das atividades
Entregas pedagógicas incompletas ou inadequadas	Baixa	Prejuízo na avaliação e no registro das atividades	Exigência prévia de modelos e padrões de entrega	Solicitação de complementação imediata e nova entrega
Descumprimento de prazos intermediários	Média	Atraso nas ações planejadas e impacto em apresentações finais	Cronograma detalhado e acompanhamento constante	Ajustes de cronograma e imposição de medidas corretivas

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução consiste na execução integrada de atividades formativas nas áreas de artes, cultura, literatura, dança, tecnologia criativa e práticas corporais, por meio da atuação de profissionais especializados capazes de atender às especificidades técnicas de cada linguagem. As oficinas serão ofertadas em múltiplos espaços do Município, considerando a demanda crescente do Departamento de Cultura, a lista de espera existente e a necessidade de recomposição de atividades interrompidas, como o Clube de Literatura. A solução abrange o desenvolvimento contínuo de processos formativos estruturados, acompanhamento pedagógico, elaboração de materiais, orientação criativa, preparação dos participantes e realização de culminâncias públicas, garantido que a política cultural municipal alcance maior abrangência, regularidade e qualidade.

A oferta das oficinas será distribuída por itens, correspondendo às diferentes modalidades artísticas, culturais e expressivas, de forma a assegurar a participação de profissionais com domínio técnico específico e permitir que o Município atenda com eficiência o número crescente de alunos, previsto para expandir em aproximadamente trinta por cento. Essa estrutura possibilita organização pedagógica adequada, uso efetivo dos espaços e equipamentos públicos, como o laboratório Maislab.art, e fortalecimento da política cultural local por meio da ampliação do acesso, do desenvolvimento de competências estéticas e da consolidação de processos de expressão coletiva.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de execução dos produtos:

- A contratada deverá apresentar, antes do início das atividades, plano de trabalho detalhado para cada modalidade, contendo objetivos pedagógicos, metodologia, conteúdos programáticos, cronograma de desenvolvimento, estratégias de avaliação processual e previsão das atividades de culminância pública;
- Cada instrutor deverá possuir domínio técnico específico da modalidade que irá ministrar, demonstrado por meio de portfólio, histórico de atuação, produções ou trabalhos anteriores, sendo vedado ao contratado alocar profissionais sem experiência comprovável na linguagem correspondente;
- A contratada deverá garantir que cada oficina seja conduzida por instrutor único responsável, vedada a troca constante de profissionais, salvo por motivo justificável e previamente aprovado pelo Departamento de Cultura, devendo sempre ser apresentada substituição com igual ou superior qualificação técnica.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- d) A execução das atividades deverá ocorrer de forma contínua, respeitando o cronograma previamente aprovado, com registros de presença, planejamento de aulas, relatórios mensais de desenvolvimento e documentação comprobatória de atividades realizadas
- e) A contratada deverá assegurar que as oficinas incluam, obrigatoriamente, um processo de criação coletiva ou individual que resulte em apresentação pública, mostra artística, sarau, exposição, performance, portfólio, demonstração ou exibição, conforme a natureza da modalidade.
- f) Para a oficina de Artes Cênicas, o instrutor designado deverá obrigatoriamente atuar como coordenador cênico das apresentações envolvendo coral, dança e teatro, participando de ensaios gerais, orientando movimentação, marcação, expressão cênica, transições de palco, coerência estética e construção da atmosfera geral dos espetáculos.
- g) A contratada deverá manter comunicação permanente com o Departamento de Cultura, respondendo a solicitações, adequações e encaminhamentos no prazo máximo de 48 horas, garantindo alinhamento metodológico e administrativo.
- h) Quaisquer materiais digitais, audiovisuais, roteiros, layouts, exercícios, criações ou documentos produzidos durante as oficinas deverão ser entregues ao Município em formato digital organizado, como parte obrigatória da execução.
- i) A contratada deverá atuar em conformidade com as diretrizes da política cultural municipal, observando aspectos de acessibilidade, inclusão, segurança física e preservação dos espaços públicos utilizados.
- j) Em caso de ausência do instrutor, a contratada deverá assegurar substituição imediata por profissional igualmente qualificado, sendo vedada a suspensão das oficinas sem justificativa formal e autorização expressa do Departamento de Cultura.
- k) A empresa deverá garantir sigilo e proteção de materiais produzidos pelos alunos, bem como utilização ética de imagens, registros e produções artísticas, observando a legislação aplicável.
- l) Ao término do período de execução, cada modalidade deverá apresentar relatório final descritivo contendo: síntese do processo pedagógico, resultados alcançados, documentação fotográfica ou audiovisual, registro das atividades de culminância e avaliação dos participantes.
- m) Os horários de prestação dos serviços serão definidos exclusivamente pelo Departamento de Cultura, conforme critérios de conveniência e oportunidade da Administração, podendo ser designados para períodos matutinos, vespertinos ou noturnos, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de acordo com as necessidades pedagógicas, artísticas e operacionais das oficinas e das programações culturais do município. A contratada deverá assegurar plena disponibilidade dos profissionais indicados para atendimento aos horários estabelecidos, não cabendo qualquer restrição unilateral de agenda ou alegação de incompatibilidade de jornada.

DOCUMENTAÇÃO:

- n) Atestado de Capacidade Técnica, comprovando a execução de serviços semelhantes por parte da empresa proponente.
- o) A licitante deverá apresentar relação nominal dos profissionais que serão vinculados à execução do contrato.
- p) Atestado de Capacidade Técnica Profissional para o instrutor indicado em cada item do certame, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional já executou, anteriormente, atividades idênticas ou compatíveis com a natureza do item ao qual está sendo indicado.



- q) Para cada profissional indicado, deverá ser apresentado portfólio individual, contendo registros de trabalhos artísticos, criações, performances, produções audiovisuais, exposições, apresentações, roteiros, materiais editados ou qualquer evidência concreta de domínio técnico na linguagem correspondente.
- r) Para a oficina de Artes Cênicas, a licitante deverá comprovar que o instrutor indicado possui DRT.
- s) Qualificação Econômico-financeira: Balanços Patrimoniais dos últimos 2 (dois) anos, índices financeiros (SG, LG, LC) dos últimos 2(dois) anos; certidão negativa de falência.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)

A exigência de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica pela empresa proponente justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante já tenha executado serviços de natureza semelhante, possuindo experiência prévia, estrutura operacional e domínio metodológico compatíveis com a complexidade do objeto. Tratando-se de atividades artístico-culturais contínuas, que envolvem atuação técnica especializada e acompanhamento pedagógico, a ausência de comprovação prévia de desempenho poderia representar risco elevado de descontinuidade, baixa qualidade e prejuízos à política cultural municipal. Da mesma forma, a exigência de apresentação da relação nominal dos profissionais vinculados à execução do contrato é essencial para garantir correspondência entre a proposta apresentada e a equipe efetivamente alocada, prevenindo substituições indevidas e permitindo que a Administração avalie, antes da contratação, a capacidade técnica dos instrutores que conduzirão cada uma das modalidades.

A necessidade de Atestado de Capacidade Técnica Profissional para cada instrutor decorre do fato de que as oficinas envolvem linguagens altamente específicas e não intercambiáveis, exigindo domínio comprovado em áreas como artes cênicas, dança, literatura, escrita criativa, ferramentas digitais aplicadas à arte, artes visuais e práticas corporais. A comprovação da experiência individual está alinhada ao art. 70 da Lei nº 14.133/2021 e assegura que cada profissional indicado possui aptidão real para a função. Paralelamente, a apresentação de portfólio individual dos instrutores é imprescindível porque, no campo artístico, a capacidade técnica não se demonstra apenas por títulos formais, mas sobretudo pelo conjunto de produções, apresentações, criações, publicações e registros materiais que expressam a trajetória estética e o domínio prático da linguagem. O portfólio permite aferir qualidade, consistência e autenticidade da atuação profissional, prevenindo a participação de profissionais sem experiência real.

Para a oficina de Artes Cênicas, exige-se que o instrutor indicado possua DRT, registro profissional amplamente reconhecido no meio artístico e destinado a comprovar que o profissional possui formação, experiência e atuação concreta na área. Considerando que esse instrutor será responsável não apenas pela oficina, mas pela coordenação cênica integrada das apresentações de coral, dança e teatro, torna-se indispensável que possua certificação e reconhecimento formal, evitando que pessoas sem experiência assumam funções de direção cênica, que demandam técnica, responsabilidade artística e capacidade de gestão estética dos espetáculos.

Por fim, as exigências de qualificação econômico-financeira, mediante apresentação de balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios, índices de solvência e liquidez, bem como certidão negativa de falência, justificam-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

possui estabilidade financeira mínima para executar contrato continuado, honrar pagamentos, manter a equipe alocada e suportar eventuais oscilações operacionais. A análise desses elementos permite reduzir riscos de interrupção das atividades por insolvência, assegurando regularidade, continuidade e segurança jurídica durante toda a vigência contratual, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Apesar de se tratar de serviços de natureza imaterial, relacionados à realização de oficinas artístico-culturais, é necessário reconhecer que a execução das atividades envolve o uso de materiais de apoio, insumos pedagógicos, itens de papelaria, materiais gráficos e, em algumas modalidades, utensílios ou equipamentos que podem gerar resíduos sólidos. Ainda que esses impactos sejam considerados de baixo potencial poluidor, eles devem ser adequadamente administrados para evitar descarte inadequado, acúmulo de resíduos, uso excessivo de embalagens e desperdício de materiais. Entre os possíveis impactos ambientais, destacam-se a geração de resíduos recicláveis ou não recicláveis, o consumo de produtos descartáveis, o uso eventual de tintas, papéis, plásticos e materiais de desenho, bem como o descarte de embalagens provenientes de insumos utilizados nas oficinas. Tais situações exigem responsabilidade da contratada na adoção de práticas sustentáveis, especialmente no que se refere à redução da geração de resíduos, à reutilização sempre que possível e ao encaminhamento apropriado para reciclagem.

No tocante ao armazenamento, torna-se necessário estabelecer que quaisquer materiais utilizados na execução das oficinas sejam acondicionados de maneira responsável, visando minimizar impactos ambientais. Os insumos deverão ser armazenados em embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis, com o menor volume possível, e guardados em locais secos, ventilados e protegidos, de modo a evitar deterioração prematura ou desperdício. A contratada deverá se comprometer a adotar boas práticas de consumo e estocagem, priorizando materiais duráveis e de baixa geração de resíduos, além de garantir o descarte ambientalmente correto de materiais inutilizados ou resíduos gerados durante a execução dos serviços. Essa postura contribui para o cumprimento do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto na legislação de licitações, integrando as dimensões ambiental, social e econômica na execução do contrato e promovendo responsabilidade ambiental contínua mesmo em atividades de impacto ambiental reduzido.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A execução das atividades formativas previstas busca promover resultados que impactem diretamente o desenvolvimento cultural, artístico, social e educacional da população de Dois Vizinhos. Espera-se que as oficinas ampliem significativamente o acesso da comunidade a experiências estéticas, criativas e expressivas, favorecendo o protagonismo dos participantes, o fortalecimento de vínculos comunitários e a constituição de ambientes de convivência qualificados. Entre os resultados pretendidos, destaca-se a ampliação da oferta de atividades culturais em, no mínimo, trinta por cento em relação ao ciclo anterior, absorvendo a demanda reprimida registrada em diversas modalidades, como dança, artes visuais, literatura e práticas corporais, além de restabelecer atividades interrompidas, como o Clube de Literatura, que se encontra inativo desde julho de 2025. Pretende-se, ainda, garantir o pleno uso dos espaços públicos e equipamentos culturais instalados, especialmente o laboratório Maislab.art, de modo que o investimento realizado reflita diretamente em benefícios formativos e na expansão do repertório cultural dos participantes.

Espera-se também que a execução das oficinas contribua para o fortalecimento das competências socioemocionais, cognitivas e expressivas dos alunos, promovendo autonomia criativa, estímulo ao pensamento crítico, melhora da autoestima e desenvolvimento de habilidades comunicativas e artísticas específicas. As culminâncias públicas – como apresentações,



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

exposições, mostras, performances, portfólios, saraus e exposições – deverão materializar os processos pedagógicos desenvolvidos, fortalecendo a circulação simbólica, dando visibilidade aos talentos locais e consolidando o papel da cultura como elemento estruturante da vida comunitária. Além disso, pretende-se qualificar a gestão cultural municipal por meio da inclusão de metodologias contemporâneas, acompanhamento sistemático de resultados e ampliação da diversidade de linguagens ofertadas, garantindo maior eficiência, continuidade e alcance social. Assim, os resultados esperados incluem tanto impactos formativos individuais quanto avanços estruturais na política cultural de Dois Vizinhos, contribuindo para uma comunidade mais criativa, participativa e integrada.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de execução dos serviços será exclusivamente por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, uma vez que o objeto consiste em horas de instrução a serem efetivamente prestadas ao longo do período contratual. As atividades deverão ser desenvolvidas de forma presencial, contínua e planejada, obedecendo ao cronograma previamente aprovado pelo Departamento de Cultura, com distribuição semanal das cargas horárias de cada modalidade. A contratada será responsável por disponibilizar, em cada item, o instrutor previamente indicado, garantindo a continuidade pedagógica e a qualidade técnica das oficinas, sendo vedada a substituição imotivada de profissionais ao longo da execução.

Os serviços deverão ser executados conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, com observância das metodologias propostas nos planos de aula, cumprimento integral da carga horária e realização das atividades de culminância previstas para cada oficina, como apresentações, mostras, exposições ou demonstrações públicas. A contratada deverá adequar seus profissionais ao calendário de atividades do Município e assegurar o pleno atendimento às diretrizes de segurança, organização, uso dos espaços públicos, preservação do patrimônio e boas práticas de sustentabilidade. O pagamento ocorrerá proporcionalmente às horas efetivamente executadas e registradas, mediante comprovação documental, relatórios mensais e validação da fiscalização do contrato, garantindo alinhamento entre execução, monitoramento e resultados esperados.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Gilvana Fatima Schmoeller
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Jailene Dal Bosco

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

As oficinas previstas neste certame guardam relação com contratações recorrentes de materiais artísticos, insumos pedagógicos, equipamentos culturais, cenários, iluminação, sonorização e demais elementos necessários ao funcionamento do complexo de ações formativas e apresentações públicas promovidas ao longo do ano. Projetos como o Festival Canta Vizinho,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Páscoa Encantada, Natal de Luz, Mostras de Dança e teatro, exposições e ações transversais do calendário cultural dependem, direta ou indiretamente, do desenvolvimento das atividades formativas, que fornecem conteúdo artístico, preparação técnica dos participantes e construção de repertório estético indispensável às apresentações oficiais.

Assim, a presente contratação deve ser compreendida como parte integrante e complementar da política cultural municipal, compondo a base formativa que sustenta os demais contratos e ações permanentes do Departamento de Cultura. Sua execução repercute na efetividade das oficinas já em funcionamento, na revitalização de atividades suspensas, na expansão planejada para 2026 e na consolidação de um sistema integrado de formação e apresentação cultural. Dessa forma, o contrato a ser firmado não opera de forma isolada, mas como elemento chave de um conjunto articulado de iniciativas que buscam otimizar recursos, fortalecer o acesso à cultura e assegurar resultados duradouros e mensuráveis à comunidade.

15. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente contratação, está alinhada com o PCA 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 19/5/2025, atualização: 16/10/2025
- III) Id do item no PCA: 12032-12036
- IV) Classe/Grupo: 929
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-407/2026

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Os serviços previstos enquadram-se como serviços comuns, por consistirem em atividades de natureza padronizável, rotineira e amplamente praticada no mercado cultural e educacional, ainda que exijam profissionais qualificados. As oficinas artístico-culturais, literárias, digitais e corporais seguem metodologias usuais, formatos amplamente conhecidos e práticas consolidadas em instituições públicas e privadas, permitindo descrição objetiva de suas especificações, cargas horárias, conteúdos mínimos e requisitos de execução. Por não envolverem desenvolvimento intelectual singular, criação exclusiva ou caráter técnico-científico especializado que dependa de expertise única, mas sim a prestação de serviços de instrução e treinamento organizados em parâmetros verificáveis, estes se caracterizam como serviços comuns segundo a legislação de contratações públicas, podendo ser adquiridos a partir da definição clara de padrões de qualidade, competências requeridas e resultados esperados.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços e fornecimentos não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Os serviços previstos caracterizam-se como serviços contínuos, uma vez que sua execução demanda prestação regular, periódica e ininterrupta ao longo do período contratual, com



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

manutenção constante das atividades formativas, cumprimento progressivo da carga horária e acompanhamento permanente dos participantes. As oficinas dependem de continuidade metodológica, vínculo pedagógico estável, planejamento sequencial e desenvolvimento gradual das habilidades artísticas e expressivas, não podendo ser interrompidas sem prejuízo direto ao processo formativo. Além disso, tratam-se de serviços que integram a rotina operacional do Departamento de Cultura, compondo a oferta permanente de atividades culturais do município e exigindo execução duradoura para garantir resultados efetivos, estabilidade das turmas e aderência ao calendário cultural anual.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não se mostra necessária a exigência de garantia contratual, uma vez que o objeto em questão consiste na prestação de serviços de natureza educativa, artística e formativa, caracterizados por baixo risco operacional, inexistência de fornecimento de bens de alto valor agregado e ausência de manipulação de patrimônio público relevante. O contrato não envolve execução de obras, fornecimentos complexos ou atividades que demandem investimentos significativos por parte da contratada, de modo que eventual inadimplemento pode ser solucionado mediante substituição de profissionais, recomposição de carga horária ou aplicação das penalidades administrativas previstas, sem gerar prejuízos materiais irreversíveis ao erário. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade, especialmente entre micro e pequenas empresas e agentes culturais que tradicionalmente atuam no setor, contrariando o princípio do amplo acesso aos certames. Assim, considerando o baixo risco do objeto, a fácil recomposição da execução e a necessidade de preservar a competitividade, conclui-se que a exigência de garantia seria desproporcional e desnecessária para a adequada proteção da Administração.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A análise realizada demonstra que a contratação é plenamente viável e necessária para atender à demanda crescente por atividades artístico-culturais no Município de Dois Vizinhos, suprimindo lacunas identificadas, como a interrupção de oficinas essenciais e a impossibilidade de ampliação do atendimento exclusivamente com a equipe própria de Educadores Artísticos. A solução proposta se mostra adequada ao interesse público, compatível com a realidade administrativa e aderente aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, sobretudo quanto ao planejamento, eficiência, economicidade e desenvolvimento cultural. Além disso, o mercado possui oferta suficiente de profissionais e empresas capazes de executar os serviços com qualidade, garantindo competitividade, continuidade, padronização e expansão da política cultural municipal. Dessa forma, conclui-se pela plena viabilidade técnica, operacional e jurídica da contratação, recomendando-se sua continuidade para assegurar resultados efetivos e impacto social positivo.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

Modalidade da licitação: (X) Pregão, (X) Tradicional () SRP

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: aberto

Orçamento não sigiloso



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

21. FONTE DE RECURSOS

- (x) Recursos Próprios
- () Recursos Estaduais
- () Recursos Federais

Dois Vizinhos, 26 de novembro de 2025.

Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19.494-1